



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 06/17
2017-05-15

ATA Nº 06/17

4ª Sessão Extraordinária

15 de maio de 2017

--- Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dezassete, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- 1.a) Expediente e informações. -----

b) Apreciar e votar:

- Ata nº 05/17, referente à 3ª sessão extraordinária, realizada em 27 de abril de 2017. -----

--- 2. Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

--- 3. (Proposta nº 352-P/2017) – “Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos, no montante de 10.000,00€, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- 4. (Proposta nº 359-RP/2017) – “Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos, no montante de 1.200,00€, no âmbito do Troféu Sintra a Correr 2016/2017, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- 5. (Proposta nº 350-P/2017) - “Apreciar e votar a proposta de afetação ao domínio público de duas parcelas de terreno, com as áreas de 53 m2 e de 39 m2 a destacar do prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo nº 8041 da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 2263 da Freguesias de São João das Lampas, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- 6. (Proposta nº 407-LP/2017) – “Apreciar e votar o Projeto de Regulamento para Transporte de Índole e Fruição Turística no Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil”. -----

--- Presentes, dos Membros da **Mesa**, o Deputado Domingos Linhares Quintas, Presidente da Assembleia; e os Deputados Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês e Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães, respetivamente, 1ª e 2ª Secretárias. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: António Luís Oliveira dos Santos Lopes; Sara Mariano Godinho; Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto; José Miguel Portelinha Vaz; Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; João José Meira Coelho; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Ramiro da Silva Ramos e Maria Helena Correia Pissarro Cardoso. -----

.../...

--- Pelo Grupo Político Municipal SINTRENSES COM MARCO ALMEIDA – **SCMA**: António d'Orey Capucho; António Manuel Ferreira Rodrigues Gouveia; Lúcia Maria Gonçalves Dias Lino Veigas; Francisco Hermínio Pires dos Santos; Maria Antónia Nicolau Miranda Cerca; José Alberto dos Santos Carvalho; Ana Paula Pereira Amôr de Moura Catarino; Domingos Manuel Miguel Rodrigues; Rui Jorge dos Santos Anunciação.-----

--- Pelo Grupo Político do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Hernâni Manuel Marques Carvalho; Ana Isabel Pais Pacheco Valente; Diogo da Rocha Gerales e *Rita Susana Mendonça Barros Vasconcelos*.-----

--- Pelo Grupo Político da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: Rogério Duarte Cassona; Inês Regina Moreira Antunes; Mário Filipe Ilhéu Condessa e *Teresa Marina de Lemos Ricardo*.-----

--- Pelo Grupo Político do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: João Elviro Matilde da Silva e Maria Helena de Lemos Oliveira.-----

--- Pelo Grupo Político do CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Luís Manuel Ferreira Fernandes.-----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Valter Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Fernanda Maria dos Santos Anunciação – Casal de Cambra; Rui Franco dos Santos – Colares; Bruno Alexandre Nobre Parreira – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; José Estrela Duarte – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; *João António Correia Vinha* – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; *José Ornelas* – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão - União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; Eduardo Duarte Casinhas – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira, Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, Eduardo Jorge Glória Quinta Nova, Luís Manuel Pires Patrício, Marco Paulo Caldeira de Almeida, Maria Paula Gomes Pinto Simões, José Pedro Dias e Cunha Matias da Silva, Carlos Parreiras Fernandes, Paula Sofia Barreirã Neves e Pedro Manuel da Costa Ventura.-----

--- COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA -----

--- PARA CONHECIMENTO: -----

--- Justificação de falta à sessão realizada em 27 de abril de 2017 do D.M. Hernâni Manuel Marques Carvalho.-----

--- O Presidente da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. João António Correia Vinha. -----

--- A Presidente da União das Freguesias de Queluz e Belas far-se-á representar na presente Sessão pelo Sr. José Ornelas.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Hugo Filipe Gonçalves Mendes Janeiro, do Grupo Político Municipal da Coligação Democrática Unitária - CDU, para a presente Sessão, pela Deputada Teresa Marina de Lemos Ricardo dado que os Deputados Diana Simões e Miguel Brás Lourenço Carretas que a antecedem na lista, solicitaram igualmente substituição.-----

--- Pedido de substituição do Deputado Municipal Rui Miguel Magalhães Castelhana, do Grupo Político Municipal do Partido Social Democrata – PPD/PSD para a presente Sessão, pela Deputada Rita Susana Mendonça de Barros Vasconcelos.-----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **43** deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

--- A munícipe **Helena Rodrigues**, residente em Lourel, Sintra, referiu: O meu nome é Helena, moro em Sintra há mais de 40 anos e tenho uma empresa familiar de animação turística que se chama “Clássico Sintra”. Só pelo nome já viram que o meu futuro é promissor, mas ainda tenho esperança. Este regulamento vem para ajudar a animação turística, principalmente os empresários locais, segundo palavras do Senhor Presidente. Eu não percebo como, mas passo a explicar: Assim que o regulamento sair, metade das empresas acaba porque apostámos em carros com história, como os UMM, os únicos fabricados em Portugal, os Land Rover Defender, que são os carros que a rainha de Inglaterra utiliza, as Renault 4L, os Volkswagen Carocha, os Citroen 2CV e muitos outros, carros que marcaram uma época em Portugal. E são estas histórias que os turistas gostam. Nunca vi um turista a tirar uma foto a entrar para um autocarro, mas nos nossos carros sim. Não estou a criticar os autocarros porque são necessários, mas estou a dizer que pode haver alternativas. Nós somos empresas de animação turística. Animação quer dizer que temos de ser diferentes. Irão dar-nos 49 lugares, que ainda não percebi bem, mas acho que é onde podemos apanhar e largar os nossos turistas. Destes 49 lugares, 21 são em locais onde não há turistas. Portanto, eu não sei como é que isto vai funcionar. Alguns dos lugares são no Ramalhão, outros no parque de estacionamento junto do edifício do Urbanismo, na Portela de Sintra, outros na estação da Portela de Sintra. Portanto, não percebo como é que, destes 49, 21 são em locais onde não há turistas. Entretanto, criaram uma licença, ou duas, porque também falam em vendedores ambulantes. Nós não somos vendedores ambulantes. Como toda a gente sabe, nós temos uma licença passada pelo Turismo de Portugal que nos permite exercer a nossa atividade e, para isso, temos de ter seguros de acidentes de trabalho, seguros de acidentes pessoais com responsabilidade civil, temos que pagar Segurança Social, mais uma série de coisas. Criaram mais uma série de condicionantes sobre as quais nos podem passar multas elevadíssimas, relativamente a 7 ordenados mínimos, 4 ordenados mínimos. Nós já somos bastante sacrificados quanto às multas e agora criam mais condicionantes para nos passarem mais multas? Não sei! Depois, também podem alterar o regulamento sempre que acharem necessidade, o que faz com que esta atividade esteja sempre no “fio da navalha”. Nós nunca sabemos com o que é que vamos poder contar. Dizem que este regulamento é necessário por causa da poluição. Eu gostava que apresentassem o estudo que mostra que o facto dos carros de animação turística anteriores a 2000 não poderem passar nas zonas de emissão reduzida quando estão a trabalhar porque, se não estiverem a trabalhar, podem ver qual o impacto que isso tem na diminuição da poluição? Além disso, não consigo entender como é que podem proibir a passagem dos carros anteriores a 2000 só de uma atividade económica, só da animação turística, que é a atividade que promove o concelho. Isto não é discriminação? Todos temos direito a trabalhar. Relativamente ao trânsito também não percebo. Nós ajudamos a fluir o trânsito, nós dispersamos as pessoas, nós levamos as pessoas para outras áreas que não são conhecidas. Nós não complicamos o trânsito. Tivemos o exemplo da Páscoa, onde os turistas espanhóis geraram uma confusão em Sintra, as estradas cortadas e imensa confusão com o trânsito.

.../...

Então o que é que vamos fazer? Proibir os espanhóis de entrar em Sintra, na Páscoa? Penso que não será essa a ideia.-----

--- Defender o interesse da população: Nós, que vamos ficar sem trabalho, também somos população. Também merecemos preocupação. Parece que o problema é a estação e o estacionamento, mas nós só lá estamos uma parte do dia a trabalhar, e por isso penso que podiam arranjar soluções. Poderiam melhorar aquela parte de Sintra, podê-la-iam embelezar colocando bandeiras com os monumentos, colocar flores, fazer animação de rua. Enfim, tornar aquele local num local apelativo para que os turistas tivessem vontade de ali permanecer e se sentissem bem-vindos. A Câmara arranhou um terreno ali perto para os seus funcionários estacionarem. Será que nesse espaço não haverá alguns lugares que nos possam dispensar? -----

--- Depois, também poderia falar de responsabilidade social. Eu não sou uma pessoa aventureira. Não sou mesmo uma pessoa aventureira, mas criei a minha empresa porque passei por uma fase desemprego e frequentei alguns cursos na Startup de Sintra, como por exemplo, turismo e empreendedorismo, e fui incentivada para ser empreendedora, a pensar nas minhas paixões. Foi isso que fiz e as minhas paixões são a história do meu concelho, que eu adoro divulgar e falar com os turistas; conhecer pessoas de outras nacionalidades e são os carros clássicos. Fiz um estudo económico, de acordo com o que aprendi nestes cursos, e vi que poderia dar certo. Então, e agora? De um dia para o outro tudo muda? Não há um período de adaptação? Eu nem sequer consegui ainda recuperar o dinheiro investido na minha empresa! E os tours que já temos marcados para Julho, para Agosto, o que é que fazemos?-----

--- Quando eu estava a tirar o meu curso de turismo com a Dr.ª Maria de Belém, na altura em que a mesma estava em campanha presidencial, o Senhor Vice-presidente visitou-nos e também nos incentivou para irmos para a frente com as nossas empresas, para sermos empreendedores. E disse, ainda, se precisássemos de ajuda “lá estaria para isso”. Pois, Senhor Vice-presidente, eu agora preciso da sua ajuda: Não deixe passar este regulamento!-----

--- Peço desculpa, mas já não acredito muito em partidos políticos. Mas acredito nas pessoas e por isso é que resolvi vir aqui falar perante esta Assembleia onde as pessoas têm o poder de decisão. -----

--- Foi declarado o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS**.-----

--- Ponto 1.a) da Ordem de Trabalhos: **“Expediente e informações”**.-----

--- A 1ª Secretária procedeu à leitura do expediente e informações (**doc. nº 1**).-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: **“Apreciar e votar:**-----

--- **Ata nº 05/17, referente à 3ª sessão extraordinária, realizada em 27 de abril de 2017**-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- **Ata nº 05/17: aprovada por unanimidade**-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: **Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal**.-----

.../...

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Venho aqui apenas com uma pergunta para o Senhor Presidente e, depois, dar uma satisfação que também gostaria de partilhar. -----

--- A nossa bancada quer saber qual o ponto de situação das negociações com o Governo, relativamente ao Hospital, uma vez que entendemos que o Governo não se deve manter à margem do processo, uma vez que o Hospital integrará o Serviço Nacional de Saúde, e essa é uma competência do Governo Central, sem prejuízo, naturalmente, do apoio da Câmara Municipal, mas a pergunta é muito direta. -----

--- A segunda questão tem a ver com a gala que ontem ocorreu no Centro Cultural Olga Cadaval. Em nome da minha bancada e também em meu nome pessoal, pois, infelizmente, sou filha de alguém que não venceu, mas gostaria de dar os parabéns à Câmara e de me congratular com a associação a esta causa, que é uma causa humanitária e uma causa que “cala” profundamente os corações de todos nós. Permitam-me que faça este reparo pessoal, pois se, quando a minha mãe teve o problema que teve, houvesse uma associação que a ajudasse, e à família, a lidar com a situação, teria sido muito bom. Por isso, gostaria de me congratular. Foi uma gala fantástica, a sala estava cheia, o que quer dizer que o povo de Sintra, os munícipes de Sintra são solidários e aderem quando as causas são justas. Muito obrigada. ---

--- Gostaria também de congratular a União de Freguesias de Sintra e a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Respondendo à Senhora Dr.^a Ana Valente, relativamente ao estado do Hospital quero dizer-lhe que, neste momento, a informação formal que temos é a de que o processo está nas Finanças. Disse, e muito bem, que o Governo não se pode, nem se deve, alhear desta questão. Nós temos mantido o diálogo e temos dito às Finanças que não pode ser por falta de meios do Orçamento de Estado que o Hospital não se faz. O Hospital vai ter mesmo que se fazer e nós temos necessidade de apelar a todos os sintrenses para que estejam connosco nesta luta, porque não é uma luta fácil. Como já referi, o Hospital é muito importante porque o que se está a tratar aqui está relacionado com os direitos básicos das pessoas. Nós não estamos a pedir nada, nem a ser “pesados” a ninguém. Os nossos contribuintes pagaram os seus impostos, nós poupamos na nossa despesa precisamente para poder encarar despesas destas e, se for necessário, a Câmara pagará o hospital todo. São 30 milhões e nós temos dinheiro para isso. Eu acho que as necessidades dos nossos munícipes justificam esse investimento, se for necessário. Espero que não seja. Espero, sinceramente, que não seja. Agora, quando nós vemos como é que o concelho foi tratado até há bem pouco tempo, em termos de Saúde, um concelho que não tinha suporte básico de vida, um concelho que assinou contratos para fazer centros de saúde sem cobertura orçamental, o desprezo total na área da Saúde no nosso concelho. Quando nós olhamos para isto, temos que dizer que não é possível continuar assim. Portanto, os suportes básicos de vidas estão feitos, o Centro de Saúde de Queluz já está, Agualva, vai começar a 31 de maio, a seguir Almargem do Bispo. Vamos ter um Hospital, aliás, temos que ter um Hospital! Eu não admito a possibilidade de não termos Hospital e, aí, não é uma questão de partidos, não é uma questão de ambições pessoais, ou não, é uma questão clara de interesses básicos e de direitos básicos das nossas gentes, ou seja, não há outra solução. Portanto, é uma questão fechada, é uma luta que vamos ter que travar mas que temos consciência que não é fácil.-----

--- Em relação à Gala, eu queria lembrar aqui que temos muita honra em apoiá-la, sem embargo de outros apoios, evidentemente. A Câmara foi o motor desta iniciativa e foi-o, desde o primeiro dia, pela Senhora Vereadora Paula Neves, que não está presente, mas a quem eu quero, hoje e aqui, dar um grande elogio, porque foi ela a alma desta iniciativa, iniciativa esta que muito diz a muita gente.-----

--- O **Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: Venho aqui fazer uma pequena intervenção, mas necessária, que deriva de uma retificação de análise que eu fiz perante o documento Relatório e Contas dos SMAS, que é de direito fazê-lo, em especial pela Senhora Vereadora e pela sua equipa dos SMAS, dado que a leitura que por mim foi feita, de facto, incorre numa prestação que não foi a melhor da minha parte, e eu retrato-me por isso, não deixando de realçar a importância de que esse documento de facto, não foi por mim devidamente analisado na Comissão. Não tive tempo e quando o fiz, eu tive uma percepção do que está expresso nos gráficos que compõem o documento que realça a realidade dos factos. Portanto, não deixo de sublinhar isso, agradecendo a disponibilidade que a Senhora Vereadora teve para me ouvir após o que aconteceu e para que as questões ficassem clarificadas. -----

--- O **Líder do Grupo SCMA, Deputado António d'Orey Capucho**, referiu: Não tencionava falar, dada a especificidade desta sessão, mas os esclarecimentos que o Senhor Presidente teve a bondade de prestar à nossa colega Ana Valente, levam-me a questioná-lo adicionalmente sobre a seguinte questão: Disse o Senhor Presidente, se bem entendi, que o Hospital está nas Finanças. A questão que se coloca é saber o que é que está concretamente nas Finanças. É o estudo que o Senhor Presidente se recusa a entregar a esta Assembleia, e que resulta do grupo de trabalho nomeado pelo Senhor Ministro, e que integra um representante do município de Sintra? Ou é já o protocolo? Porque as Finanças, para apreciar, têm que apreciar qualquer coisa de concreto. Estão a apreciar certamente os valores a introduzir no Orçamento do ano que vem e, portanto, era este esclarecimento que eu ficava muito agradado se o Senhor Presidente me pudesse transmitir, sendo certo que não posso deixar de lhe dizer que estou inteiramente consigo, pelo seu voluntarismo, no bom sentido da expressão, no sentido que, se o Governo escapar aos seus compromissos, que a Câmara se atravessa da forma como o Senhor Presidente acaba de referir. Já se tem verbas excedentárias que o permitem, todos esperamos que isso não seja necessário, seria, aliás, um caso inédito em todo o país, em que uma Câmara se tem que atravessar para a construção de um equipamento desta natureza, que é da exclusiva responsabilidade do Governo, e que está prometido por este Governo. Mas, enfim, Senhor Presidente, acho muito bem que tenha dado nota de que iremos ter mesmo Hospital, quer o Governo cumpra, quer o Governo incumpra. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Muito brevemente para responder ao Senhor membro da Assembleia Municipal, António Capucho, para lhe dizer que eu não me recusei a entregar nada. Não posso entregar o que não tenho. O Senhor continua a dizer que eu me recusei. Eu nunca me recusei a entregar a esta Assembleia, ou ao domínio público, nenhum documento, ou nenhuma informação que tenho. -----

--- Em relação às Finanças, na conversa que tive com o Senhor Secretário de Estado do Orçamento, o que me foi dito é que, realmente, está a ser feito um estudo económico sobre os custos para equipar e manter o Hospital, o que é natural e normal que seja feito. É isso que está em causa. Em relação à expressão que utilizou, da Câmara ter que se atravessar para a construção, a expressão é mesmo essa. Nós temo-nos atravessado em tanta coisa, caso contrário, não tínhamos Centros de Saúde, não teríamos carros para a Polícia, não teríamos carros para a GNR, não teríamos a EN 117. Tem sido para isso que o dinheiro se tem extinguido. Nada disto acontecia se nós não tivéssemos participado. Eu percebo que haja opiniões contrárias. Por exemplo, a CDU tem tido uma opinião contrária e, através do Vereador Pedro Ventura, tem-na manifestado sempre com grande elegância e utilidade nas intervenções que faz no Parlamento. Mas, tem contestado. O Doutor António Capucho desculpe-me, mas também já foi Presidente de uma Câmara e sabe perfeitamente, tão bem ou melhor do que eu, que quando o Município tem uma

necessidade a Câmara não pode “fechar os olhos”. É meu entendimento que o bem-estar da nossa gente vale o nosso esforço. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação em simultâneos os Pontos **3, 4 e 5** da Ordem de Trabalhos. -----

--- Não havendo inscrições, passou-se de imediato à votação das propostas em apreço. -----

--- Ponto **3** da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº 352-P/2017*) – “**Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos, no montante de 10.000,00€, nos termos da respetiva proposta**”. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ponto **4** da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº 359-RP/2017*) – “**Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos, no montante de 1.200,00€, no âmbito do Troféu Sintra a Correr 2016/2017, nos termos da respetiva proposta**”. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ponto **5** da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº 350-P/2017*) – “**Apreciar e votar a proposta de afetação ao domínio público de duas parcelas de terreno, com as áreas de 53 m2 e de 39 m2 a destacar do prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo nº 8041 da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 2263 da Freguesias de São João das Lampas, nos termos da respetiva proposta**”. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta Proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a apreciação o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos. ----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona**, da **CDU**, referiu: Antes de mais permitam-me que comece por deixar uma palavra à Senhora e aos Senhores Deputados que fazem parte da Comissão Especializada desta Assembleia, que tenho a honra e o privilégio de coordenar, pelo interesse e empenho que colocaram na análise e na discussão desta matéria. De facto, quer na primeira reunião da Comissão, que teve lugar no dia 26 de abril, quer na segunda reunião, realizada no passado dia 9 de maio, a Comissão reuniu com a presença de todos os seus membros, ainda que alguns dos Senhores Deputados, por razões naturalmente atendíveis e justificadas, se tenham feito substituir. A todos, portanto, para além do reconhecimento, quero expressar o meu agradecimento. Igualmente, o meu agradecimento ao Senhor Vereador Luís Patrício, ao Senhor Engenheiro Luís Dias e ao Senhor Doutor Carlos Bordado pela disponibilidade para colaborarem com a Comissão e pelos indispensáveis esclarecimentos que nos prestaram, que em muito contribuíram para a facilitação do nosso trabalho. -----

--- Quero apenas dar nota, que foi entendimento unânime da Comissão, que a proposta de regulamento hoje em análise consubstancia uma melhoria relativamente à proposta anterior. Foram acolhidos os contributos da audição aos interessados, que manifestaram a sua intenção de ser ouvidos, incluindo, naturalmente, a União de Freguesias de Sintra. Foi ainda entendido pela Comissão, por maioria e sem votos contra, tal como consta da documentação enviada aos Senhores Deputados, designadamente com a abstenção dos 2 representantes do Grupo Sintrensens com Marco Almeida e do representante do CDS/PP, emitir parecer favorável à proposta de projeto de regulamento que, hoje, nos é aqui presente para apreciação e votação. Enquanto coordenador da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil são, portanto e apenas, estas as referências e as informações que julgo relatarem, de forma adequada, o resultado do nosso trabalho. -----

--- Posto isto, permitam-me agora intervir enquanto eleito da CDU nesta Assembleia, para dizer o seguinte: Em primeiro lugar, deixar um agradecimento, agora ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, por ter tomado a iniciativa de retirar a proposta que nos foi presente na última sessão desta Assembleia Municipal, realizada em 27 de abril, porque só assim foi possível obviar, de certa forma, o facto de não ter sido feita a consulta pública, que era, na nossa opinião, justificada e pertinente. Não vou, naturalmente, repetir tudo aquilo que já disse na última sessão desta Assembleia, nomeadamente no que respeita ao nosso entendimento sobre a necessidade e sobre a urgência de termos um regulamento. Mas, quero voltar a referir a importância de serem dadas condições de trabalho àqueles que prestam serviço de transportes, de aferição turística no nosso município e também a necessidade de se facilitar aos turistas que nos visitam informação acerca da diversa oferta destes mesmos serviços que têm ao seu dispor. É por isso que nós achamos ser de toda a pertinência a criação de um Welcome Center, que sabemos estar em fase de estudo de conceção, realçando a urgência da sua construção, preferencialmente, para estar pronto e a funcionar com a entrada em vigor do regulamento que, julgamos, será hoje aqui aprovado. Este será certamente um documento que poderá em breve vir a ser objeto de ajustamentos decorrentes da sua aplicação prática. Mas é, concluindo, um bom documento merecedor do nosso parecer favorável. -----

--- O **Deputado José Alberto dos Santos Carvalho**, do **Grupo SCMA**, referiu: O ponto em análise é bem revelador de como não devem ser tramitadas as propostas de regulamentos que, designadamente, como esta que estamos a analisar, encerram uma evidente complexidade, para além de pretenderem

.../...

salvaguardar interesses públicos que se sobrepõe a interesses privados, mas que não devem ignorar os legítimos interesses destes. Estamos a tratar de um aspeto particular da mobilidade do nosso Concelho e nesta vila de Sintra. Quanto ao problema global no concelho, só temos a lamentar que neste mandato não se anteveja a finalização de um plano integrado, antes do seu termo, em outubro próximo, ao arrepio dos compromissos que a Câmara assumiu nesse sentido. É lamentável, por exemplo, que no início deste mandato tenha sido anunciada a criação de parques de estacionamento alternativos que pudessem atenuar de forma significativa a invasão diária e descontrolada de veículos de todos os tipos ao centro da Vila. Mas, em verdade, pouco mais se fez do que introduzir profusa sinalética nas vias, que apenas servem para iludir os visitantes sobre suposta existência, não confirmada, de estacionamentos suficientes. Neste caso particular, hoje em debate, que afeta de forma crescente e muito preocupante o coração do concelho, situação muito agravada pelo aumento exponencial de visitantes, justifica-se plenamente a adoção, embora muito tardia, de regulamentação autónoma e muito urgente, dissociada daquele plano global de mobilidade. Vale mais tarde do que nunca, mas não podemos deixar de criticar o enorme atraso com que esta proposta, finalmente, chega ao seu termo, lamentavelmente, de forma muito atribulada. Prova disso é que a Câmara nos submeteu uma proposta para debate e votação apenas 24 horas depois de analisada em sede de Comissão competente desta Assembleia, na qual foram apresentadas uma dezena de alterações, supostamente apresentadas por dois partidos da maioria, mas tendo o representante de um deles revelado que a origem das mesmas era da própria Câmara Municipal. Essas propostas, porém, só foram distribuídas na sessão plenária do dia seguinte, uma hora depois do seu início, em pleno debate, pelo que, obviamente, não estavam em condições de serem analisadas, não só pela sua complexidade, mas também porque, em nosso entender, violavam frontalmente uma norma regimental. Consequentemente, o nosso grupo requereu a baixa à Comissão, proporcionando assim tempo suficiente para análise, essencialmente para permitir à Câmara reapreciar a situação, introduzindo na proposta, aquelas ou outras alterações que lhe fossem proporcionadas após audição dos operadores. Como de costume, insinuou-se que o nosso gesto não passava de uma tentativa de obstrução, apesar de nos termos comprometido para aceitar uma nova sessão desta Assembleia, no prazo máximo de 15 dias, para então finalizarmos o processo. Após alguma resistência, a Câmara acabou por retirar a proposta e aqui estamos para ultimar o processo. Desde já, a proposta reformulada evidencia que a razão nos assistia, pois a Câmara, desde então, ouviu os interessados e apresenta-nos, hoje, um texto bem diferente, o qual integra não apenas as citadas alterações de última hora, como ainda diversos ajustamentos pertinentes resultantes daqueles contatos. Apesar de reconhecermos essas melhorias no texto em apreço, não deixamos de ter algumas dúvidas de fundo sobre certos aspetos, designadamente, no plano legal, a compaginação das normas regulamentares com o disposto da lei a propósito da não duplicação entre as condições exigíveis para o cumprimento dos procedimentos previstos no Decreto-lei 92/2010 e os quesitos e controlos equivalentes ou comparáveis quanto à finalidade ao que o requerente já tenha sido submetido. -----

--- Segundo ponto: No plano económico, o período demasiadamente breve para adaptação das viaturas às normas regulamentares. Por outro lado, só esta manhã tivemos acesso a um *email*, do dia 11 do corrente, dirigido à Câmara por uma Associação que, embora reconhecendo os esforços conjuntos para melhorar a proposta, sugeriu ainda alguns ajustamentos pontuais no que se refere ao documento comprovativo relativo ao cumprimento das normas de emissões CO² e do ruído, aos períodos para ajustamento das viaturas e, ainda, a atribuição e distribuição de lugares de estacionamento. Constatamos que estes aspetos não foram considerados pela Câmara Municipal. De qualquer modo, sabemos que esta proposta será aprovada de acordo com o parecer da Comissão. Da nossa parte, e apesar das melhorias

introduzidas no texto inicial, mas face às reservas que mantemos em relação a pontos essenciais, vamos abster-nos na votação que se segue, na expectativa de que no fim de um ano de vigência deste regulamento se proporcione, como o normativo prevê, uma revisão deste baseado na experiência entretanto acumulada. -----

--- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Relativamente à proposta que é apresentada pela Câmara, pela mão do Vereador com o pelouro da Mobilidade, um vereador eleito pelo Partido Social Democrata, naturalmente que o PSD votará a favor da proposta. Mas queria aqui deixar algumas considerações. -----

--- Naturalmente que os processos são todos evolutivos e são sempre suscetíveis de ser melhorados. O verdadeiro contributo para este processo foi dar-se início ao mesmo. Eu sou um bocadinho suspeita porque sou jurista, e como sou jurista tenho a “mania” de que gosto tudo regulado. Enfim, pode ser deformação profissional, mas regulação ou regulamentação não é “mania”, ou no meu caso, deformação profissional. É proteção, e neste caso é a proteção dos próprios operadores, e a proteção dos moradores, sobretudo dos moradores da Vila de Sintra. Eu gosto de tuk-tuks porque dão animação, dão luz à Vila, os turistas nacionais e estrangeiros também gostam. Portanto, isto não é nada contra os tuk-tuks, mas a regulação é necessária para proteger os operadores que já cá estão de outros operadores que, também por via de regulamentações noutros concelhos aqui perto, estão a vir para cá. E, por isso, acho que todos ganhamos com a regulamentação. O próprio regulamento prevê algumas adaptações no final. Este regulamento, que agora aqui é apresentado, para além de incluir as propostas que a minha bancada apresentou na sessão da Assembleia anterior, também tem contributos de operadores. E por isso calculamos que é um regulamento que terá “pernas para andar”. Dentro de um ano, se for necessário fazer algumas alterações, cá estaremos, ou outros deputados municipais cá estarão para fazer essas alterações. -----

--- **O Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Uma pequena correção à intervenção da Senhora Dr.^a Ana Valente: A responsabilidade deste texto é do Presidente da Câmara. O Vereador Luís Patrício teve um contributo essencial neste, como noutros textos, mas a responsabilidade é minha e, essa, tenho que a assumir. -----

--- Em relação à audição, desde o primeiro momento, eu disse que o texto inicial que foi aqui colocado era uma proposta aberta. A única coisa que não era possível era dizer que se queria o texto e, depois, tentar fazer tudo para o adiar “*sine die*”. Isso é que não era possível. Quando a CDU levantou a questão e, em quinze dias, marcou a possibilidade de ouvir as entidades, imediatamente foi feito -----

--- Quero ainda dizer à Dr.^a Ana Valente que foram introduzidas muitas e importantes alterações, e ainda bem que assim foi. Por exemplo, a redução das taxas; por exemplo, a licença para três anos; por exemplo, um ano para fazer a adaptação. Tudo isto, para além de outras matérias, foi muito importante, pois veio melhorar substancialmente o texto, e como diz a Dr.^a Ana Valente, e muito bem, repito, este texto continua a ser um primeiro texto, essencial para a regularização e disciplina deste tipo de tráfego. Agora, a partir daqui, a prática vai com certeza melhorar o texto, o que todos nós queremos, todos. Todos nós estamos muito interessados num texto cada vez melhor, que regule cada vez melhor. -----

--- **O Líder do CDS/PP, Deputado Luís Manuel Ferreira Fernandes**, referiu: Este é de facto um processo de análise que obrigou todos nós a refletirmos com cuidado, porque a animação turística em Sintra tem crescido de uma maneira desordenada, e isto leva-me a dizer que a primeira abordagem que foi feita, na

verdade, revelou uma aceleração demasiada. Acho que isso tem que se dizer, ou seja, um regulamento aprovado, ou que tendencialmente vai ser aprovado no espaço de tempo que está em causa, é realmente um record face a outros regulamentos que foram aprovados. Isto leva-me a sublinhar aquilo que o meu colega Rogério Cassona disse, sobre a importância da Comissão e a avaliação que fez do tema, até porque nós devíamos, com certeza, como noutras Comissões se faz, ter tempo para falar com os operadores em sede de Comissão, coisa que não foi feita. E depois, nós, à nossa maneira, digamos assim, lá íamos falando com os operadores para recolher as opiniões de cada um deles. Há um sentimento que nós temos que ter com os operadores que têm as suas autorizações atualizadas, que cumprem as regras do que diz respeito à animação turística, no cumprimento do decreto-lei respetivo. É preciso defendê-los no que se chama de “pirataria” que existe em Sintra, no que diz respeito ao turismo. As alterações que foram introduzidas no regulamento, provenientes de contributos que foram dados pelos operadores e por diversas forças políticas, leva-me a dizer que eu acho que estamos num caminho positivo. É meu entendimento, e do CDS, que este é um contributo positivo. Não quero deixar de dizer o seguinte: O Plano de mobilidade do território Sintra é fulcral, mas também é fulcral para isso que se entenda que a Câmara de Sintra gastou nos últimos anos algum dinheiro em planos de mobilidade sustentável que eu friso e sublinho. Há um plano de mobilidade sustentável feito com a Universidade do Minho. Há um plano de mobilidade sustentável feito com a Universidade de Aveiro. É importante que tenham esses documentos em linha de conta para aquilo que é a criação do regulamento de mobilidade sustentável do nosso território. Acho que é fundamental não os deixar na gaveta. Portanto, tenho que dizer que o CDS tem uma leitura muito equilibrada do ponto de vista do que este regulamento pode trazer para os operadores turísticos. Acho que temos que ter um ponto de partida e esse ponto de partida está refletido nesta versão. Tenho a convicção que haverá, com certeza, lugar a retificações e ajustamentos que provêm da dinâmica da própria atividade. Como tal, penso que não devemos radicalizar posições, mas, sim, devemos partir do pressuposto que qualquer Deputado que está aqui, e permitam-me dizê-lo, de certeza que vê neste regulamento, pelo menos, um ponto de início para favorecer quem está a operar neste setor, aqui em Sintra, mais concretamente na Vila e nas imediações do Concelho. Neste momento, tenho de dizer que, depois da análise que foi por mim feita na Comissão, onde eu me absteve, considero que após ter analisado devidamente o documento, considero que o CDS está em condições de votar favoravelmente. -----

--- O **Líder do BE, Deputado João Elviro Matilde da Silva**, referiu: Mostra-se, na realidade, como positivo o facto de ter sido adiada a discussão deste regulamento, da última reunião de 27 de abril para a de hoje. Conseguiu-se, dessa forma, ouvir melhor os interessados, debater entre os vários grupos políticos e chegar-se, pode dizer-se, que quase a um consenso. Aliás, penso que posso mesmo dizer que, no global do documento, se chegou a um consenso e conseguiu-se, portanto, construir um documento, na nossa ótica positivo, que vem, de facto, regulamentar uma situação com este tipo de animação turística, a atirar para o caótico em que se encontrava Sintra, sendo que damos, desta forma, um passo em frente. Evidentemente que este é um primeiro documento. É um tipo de regulamento sobre uma matéria que nem sequer existe grande experiência no país. Sabemos o que se passou em Lisboa, com o despacho presidencial. Portanto, nós temos aqui um regulamento que vai ser sujeito “à vida”, e é a vida que vai dizer o que é que está bem e o que é que está mal. Daí que seja de grande importância que daqui a um ano, depois da aplicação efetiva, quem cá estiver reflita sobre isso, ouvindo os operadores interessados e procedendo às alterações que forem necessárias fazer. No documento apresentado, ao Bloco de Esquerda há uma questão que nos suscita umas interrogações. O documento estabelece um teto de cem

licenças e oferece quarenta e nove lugares de estacionamento. Como é que este problema vai ser resolvido? Eu não estou a ver como! E portanto, é um assunto que deixo à Câmara e a quem de direito, porque vai precisar de alguma resposta. -----

--- Para terminar, gostava só de dizer o seguinte: Como já aqui foi dito, e eu próprio, nesta tribuna, várias vezes o tenho referido, nós precisamos com alguma urgência de um plano municipal de mobilidade e transportes. Evidentemente que os planos deste tipo não se fazem em três meses. Daí a importância de se ter feito este regulamento e não estarmos à espera do dito plano. Mas esse plano não deve ser submetido à pressão deste regulamento, mas sim o contrário, ou seja, é no quadro desse plano que no futuro devemos ver as eventuais alterações ao regulamento. Eu penso que o Senhor Vereador Luís Patrício, que em sede de Comissão informou que já estão em marcha, digamos, os trabalhos para a elaboração desse plano municipal de mobilidade e transportes. Espero que, de facto, ele avance. Evidentemente que não seremos nós, não será neste mandato, pois não temos tempo para isso, o que é pena. É pena que não tenha sido iniciado há mais tempo para que nós próprios pudéssemos ter condições de o apreciar. Assim, espero que ele “arranque” e que esta Assembleia possa fazer o seu acompanhamento desde já. Igualmente desde já, a Comissão Especializada devia ser informada dos trâmites que estão a ser tomados para proceder a esse acompanhamento, para que no futuro Sintra possa vir a ter esse plano municipal. Precisamos que, de uma vez por todas, se dê o grande passo para regular a mobilidade e responder também à problemática dos transportes do nosso concelho. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Apenas um esclarecimento a esta excelente intervenção, dizendo o seguinte: Realmente, não se trata de estacionamento. O que refere o regulamento é paragem. Claro que não param todos em simultâneo. Não é possível porque há, com certeza, carros que estão fora do concelho a prestar serviço, outros que estão a circular. Portanto, são 49 lugares, não de estacionamento, mas de paragem. -----

--- Em relação ao plano municipal de mobilidade e transportes, é verdade que nós vamos ter o plano e, até lá, já estamos a tomar algumas medidas. Nós estamos muito próximo de fazer um contrato de arrendamento com um grande terreno junto da estação da Portela, no interface, onde vamos fazer um estacionamento para 550 carros. Espera-se que esse estacionamento esteja em funcionamento ainda antes da época alta. Espera-se. Não é uma afirmação nem uma promessa, mas tudo faremos para que isso aconteça. -----

--- Relativamente ao silo, que foi e é um projeto muito importante, houve realmente um projeto que ganhou o concurso. O estudo económico do silo foi feito por uma empresa chamada Rockbuilding. O que nos diz o estudo económico é que o silo não é rentável naquelas condições. Se colocarmos o silo a concurso, temos fundadas dúvidas que, com aquele modelo, hajam privados que queiram concorrer. Sendo assim, temos duas opções: Ou a Câmara assume a construção do silo e o dá depois em concessão a um privado, em condições que temos que ver. Esta não me parece que seja a melhor solução porque o silo é muito caro e nós temos tanta matéria social onde aplicar o nosso dinheiro que eu tenho a maior relutância em aplica-lo no silo - largos milhões de euros. Portanto, o que nós vamos tentar fazer é que o projeto tenha aspetos económicos que valorizem a própria operação do silo. Estamos a estudar como, e é possível fazê-lo. Não como foi a proposta inicial da Rockbuilding, que era uma urbanização junto ao silo, uma urbanização extremamente grande e com a qual nós não concordámos. Mas pode haver outras soluções que possibilitem que o silo se torne rentável. Tudo isto demora o seu tempo, obviamente. Agora, a questão é que vamos ter os 550 lugares que vão estar disponíveis, mais o estacionamento ordenado junto do Departamento de Urbanismo. Enfim, tudo isto ajuda mas, realmente, não resolve. -----

--- O **Deputado José Miguel Portelinha Vaz**, do **PS**, referiu: A nossa primeira atitude é a de louvar a iniciativa do Senhor Presidente e o trabalho desenvolvido pelo Executivo e pelo Senhor Vereador Luís Patrício, no sentido de dar corpo a este documento. E dar corpo, porque, no município de Sintra, na sua globalidade, uma das nossas obrigações é pensarmos legal. Compreendem-se perfeitamente as preocupações do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores, de não pensarem especificamente nesta ou naquela atividade, mas pensarem de forma integrada. E este foi o grande desafio com que nos deparamos dada a pressão a que o município de Sintra começou a estar sujeito pelas razões que já aqui foram expostas. A atividade humana, numa primeira fase, como todos nós sabemos, quando é incipiente rege-se por princípios de relação dos indivíduos entre si, dos indivíduos com a natureza ou com o ambiente onde se encontra. São princípios. Quando a mesma começa a ser mais significativa, a atividade humana começa a necessitar de códigos de conduta. Todos nós sabemos isto. Há um código. Não há ainda documentos substanciais, mas existem códigos de comportamento e de atitudes. Há o princípio da ética que regula essa atividade humana e, quando essa atividade começa a ser significativa, intensa, não podemos fugir à existência dos regulamentos. E foi isto que o concelho de Sintra fez, com coragem. Já aqui vimos que todos os regulamentos não são documentos fáceis porque, os mesmos, põem em confronto o interesse do particular em relação ao interesse do coletivo, e por isso não havia forma de contornar a necessidade deste documento. Louvo também a atitude empenhada dos Senhores Deputados em sede de Comissão. Portanto, acho que Sintra, ao trabalhar um documento novo e, de alguma forma, inovador, está de parabéns.-----

--- Não havendo mais inscrições, passou-se de imediato à votação da proposta em apreço.-----

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (*Proposta nº 407-LP/2017*) – **“Apreciar e votar o Projeto de Regulamento para Transporte de Índole e Fruição Turística no Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil”**.-----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 28 (PS; PSD; CDU; BE; CDS)-----

--- Votos contra: 00-----

--- Abstenções: 13 (SCMA)-----

--- (*Não participaram nesta votação os D.M. do PS – Sérgio Sousa Pinto e José Estrela Duarte*).-----

--- O Regulamento, acompanhado do Parecer da *Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil* que se anexa à minuta foi **aprovado** por **maioria**.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 27º, nºs 3 e 4 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª sessão extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2013, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 2**)-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 20:50 horas.-----

.../...

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DOC. N.º **1**

4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

15.05.2017

1. a) *Expediente e Informações*

1. Câmara Municipal de Sintra – *Relatório trimestral de todos os trabalhos efetuados no âmbito da manutenção dos logradouros (espaços verdes e coberto arbóreo) nos edifícios escolares e instalações desportivas.*
2. Área Metropolitana de Lisboa – *Deliberações do Conselho Metropolitano de Lisboa.*
3. Grupo Parlamentar do PCP – *Estabelece o calendário para a instituição em concreto das Regiões Administrativas durante o ano de 2019.*
4. Câmara Municipal de Sintra - *Ata nº 7 /2017 – reunião ordinária realizada em 2017.03.30.*
- *Ata nº 8 /2017 – reunião ordinária realizada em 2017.04.11.*
- *Ata nº 9 /2017 – reunião ordinária realizada em 2017.04.19.*
5. Câmara Municipal de Sintra - *Relatório de Auditoria da IGF nº 1396/2015 - Município de Sintra 2009/2013 - Recomendações.*

Assembleia Municipal tomou conhecimento

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

Lina Maria Venâncio Andrês

Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



JA

DOC. N.º 2



DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
(Textos aprovados em minuta)

--- No dia quinze do mês de maio do ano dois mil e dezassete, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 4ª Sessão Extraordinária convocada nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 28º e do nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 32º do Regimento. -----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 1ª Sessão Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2013 a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- Ponto **1.b)** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar:**-----
- **Ata nº 05/17** referente à 3ª sessão extraordinária, realizada em 27 de abril de 2017. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- **Ata nº 05/17: aprovada** por UNANIMIDADE -----

--- Ponto **2** da Ordem de Trabalhos: **“Intervenção dos Grupos Políticos Municipais nos termos do ponto 2, nº 3 do artigo 39º do Regimento da Assembleia Municipal”**.-----

--- Ponto **3** da Ordem de Trabalhos: *(Proposta nº 352-P/2017)* – **“Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos, no montante de 10.000,00€, nos termos da respetiva proposta”**.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 43 -----
--- Votos contra: 0 -----



34



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 359-RP/2017) – “Apreciar e votar a proposta de apoio financeiro à União de Freguesias de Cacém e São Marcos, no montante de 1.200,00€, no âmbito do Troféu Sintra a Correr 2016/2017, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 350-P/2017) – “Apreciar e votar a proposta de afetação ao domínio público de duas parcelas de terreno, com as áreas de 53 m2 e de 39 m2 a destacar do prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo nº 8041 da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Sintra sob o nº 2263 da Freguesias de São João das Lampas, nos termos da respetiva proposta”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 43 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE -----

--- Ponto 6 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 407-LP/2017) – “Apreciar e votar o Projeto de Regulamento para Transporte de Índole e Fruição Turística no Município de Sintra, nos termos da respetiva proposta, com o parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil”. -----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 28 (PS-PSD-CDS-CDU-BE) Não participaram na votação
--- Votos contra: 0 (os D.M. do PS, Sérgio S. Brito e José Estrela Duarte)
--- Abstenções: 13 (SCM)

--- O Regulamento, acompanhado do Parecer da Comissão Especializada de Obras Municipais, Gestão do Espaço Público, Segurança e Proteção Civil que se anexa foi APROVADO por
MAIORIA

--- Sintra, 15 de maio de 2017. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Domingos Linhares Quintas

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Filipa Rei Barata de Oliveira Guimarães



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL